



série diálogo feminista

#2
NOVEMBRO 2016

Promover uma agenda feminista para a mudança, um ponto de vista da Nigéria

Charmaine Pereira

O que define para mim o feminismo é a luta pela libertação das mulheres no contexto da transformação social. Ao dizer isto, reconheço que nem todas as mulheres são idênticas e que o que é habitualmente referido como a 'identidade' de diversos indivíduos, bem como categorias de mulheres têm bases diferentes na sociedade.

Uso aspas na palavra "identidade" para fazer referência ao sentido no qual as noções de "Quem Alguém É" tende a ser atribuído, se não prescrito, principalmente por forças externas, tal como a rendição estática de "cultura", "tradição" ou "religião". As dimensões da diferença que compreende a "identidade" foram frequentemente politizadas em momentos de transição política, quando homens-dominantes-que-se-tornaram-políticos convertem as diferenças sociais em base de divisão social. Estas linhas de divisão social não coincidem necessariamente com a subjectividade de cada um - o sentido subjectivo interno de que alguém é, ou sentimentos sobre onde alguém é suposto pertencer ou não pertencer. De facto, a subjectividade de alguém pode, ou não, coincidir com as rendições dominantes da "identidade" mas é mais provável que varie com as mudanças ao longo do tempo, local e contexto.

Qual é o meu próprio posicionamento nesta arena toda? Nascida no Quênia, com ascendência indiana e residente na Nigéria, a minha auto-identificação como feminista africana tem estado frequentemente em conflito com as definições dominantes de mim própria como uma "mulher Niger", uma mulher estrangeira casada com um homem nigeriano. (Esta é, incidentalmente uma categoria oficial da entidade jurídica na Nigéria). Noutros tempos, a minha identidade tem sido atribuída de forma diferente, como aconteceu uma vez quando recusei os pedidos insistentes de um vendedor ambulante de bugigangas para a compra de qualquer das suas mercadorias. "Porque é que o vosso povo está a matar Muçulmanos?" perguntou de repente, como se aquilo fosse o seguimento de qualquer coisa que tivesse precedido a nossa mínima troca de palavras. Nomeada como fundamentalista



com intenção de eliminar Muçulmanos, fui apanhada pela ironia do facto do estatuto da minha minoria religiosa e étnica na Índia da sua imaginação, dada a minha educação Católica por uma mãe de Mangalore e pai de Goa.

Conflitos de identidade e o contexto nigeriano

Vou falar sobre a Nigéria porque penso que os conflitos de identidade são processos complexos que exigem alguma exposição e a Nigéria é, em si mesma, uma formação complexa, como se torna evidente da sua composição com mais de 200 grupos étnicos. A história e a geografia da sua colonização são tais que as diferentes regiões foram colonizadas de forma diferente. O governo directo prevaleceu no Sul, onde foi permitido aos missionários cristãos espalhar a fé e abrir missões educativas. No Norte, onde o Islão tinha assumido controlo desde pelo menos o século XI em Borno, o governo indirecto foi enxertado no sistema de Emirato. Os missionários Cristãos foram impedidos de espalhar a fé no Norte e apenas podiam abrir escolas fora das muralhas das cidades onde o poder do Emirato tinha lugar. Uma das consequências foi a enorme divisão regional na prestação e acesso à educação, especialmente para as raparigas.

Para além da era colonial, sucessivos regimes militares, entremeados com administrações civis autoritárias, foram alternando no governo do povo e na exploração dos recursos do país. Com a descoberta de petróleo no Delta do Niger, uma economia baseada na agricultura transformou-se numa dominada pela extracção de petróleo. Embora o país fosse rico em recursos estes beneficiaram apenas uns poucos na classe militar, política e empresarial, deixando a maioria do povo empobrecido. As divisões de classe, região, etnia e religião tornaram-se as linhas de culpa ao longo das quais os conflitos de identidade contemporâneos foram esgotados. A exclusão social de uma vasta maioria e o seu acesso restrito aos recursos proporcionaram um terreno fértil no qual as manipulações cínicas de “identidade” pelos “politricianos”, como Fela diria, foram jogados e rejogados nos intervalos dos regimes de domínio e no momento da transição do governo militar para o civil em Maio de 1999.

Uma luta em múltiplas camadas


Isto não quer dizer que as lutas das mulheres tenham sido necessariamente arrancadas pelos tipos de conflitos de identidade referidos supra. É mais sobre como reconhecer as múltiplas linhas de divisão que precisam de ser ultrapassadas nas lutas feministas contra a política de identidade. Para além do género, estas divisões incluem classe, idade e estado civil, adicionalmente às divisões já identificadas com base na etnia, religião e região. Estas são as diversas estruturas de poder que moldam as vidas das mulheres na Nigéria e que a consciência feminista necessitaria de agarrar firmemente, em termos de teoria e política, em qualquer projecto para derrubar a opressão e promover a justiça do género.

Lei religiosa

As agendas activistas feministas tentaram perturbar a imposição de sistemas unitários ou fundamentalistas de crença, em relação à religião. Nos anos 90, o projecto Mulheres e Leis fê-lo fazendo distinções essenciais entre as leis Muçulmanas e a doutrina Islâmica. As leis em princípio foram distinguidas da sua implementação na prática, com particular referência às implicações para as mulheres. O facto de as leis Muçulmanas terem variado na forma através do tempo e do espaço aponta para a sua actual diversidade através dos múltiplos espaços e contextos nos quais o Islão tem sido praticado.

Com a extensão da Sharia das leis pessoais para incluir a lei criminal, no ano 2000, o espaço para qualquer envolvimento ou contestação com as leis Muçulmanas tornou-se gravemente restrito. As novas leis representaram um esforço do direito religioso Muçulmano para reconstruir discursos de heterossexualidade, de uma forma que criminalizou um comportamento que anteriormente havia sido considerado simplesmente imoral. O novo crime de zina - sexo fora do casamento - visou desproporcionadamente as mulheres. Tudo isto ocorreu no contexto da sexualidade das mulheres se ter tornado cada vez mais o foco do controlo da imoralidade no





meio de desigualdades sociais e económicas que se intensificam. Baobab para os Direitos Humanos das Mulheres e mais tarde, WRAPA, apoiaram a defesa das mulheres visadas pelas novas leis criminais.

Compreender o mais recente fenómeno de Boko Haram exige um entendimento da sobreposição de diversos factores inter-relacionados. Estes incluem a história e a política do Nordeste da Nigéria, que resultaram na sua política económica como uma das zonas mais pobres do país, exacerbada ainda mais pela degradação ambiental. A forma que a militarização revestiu ao abrigo da administração Jonathan, particularmente no Nordeste, conjuntamente com a resposta do estado aos desafios à sua autoridade, combinados deram origem à violenta manifestação de sublevação pós 2011 e a sua política sexual e de género. Bring Back Our Girls (Tragam de Volta as Nossas Meninas) (BBOG), na Nigéria, emergiu como um movimento de cidadãos, não feminista, embora as mulheres estejam na liderança - concentrado no retorno das Chibok Girls raptadas no final de Abril de 2014.

Direitos sexuais e reprodutivos

Deslocar o foco para os direitos sexuais e reprodutivos através do país, o aborto é ilegal na Nigéria mesmo quando a mulher ou rapariga foi violada, excepto se a vida da mulher estiver em risco. Os direitos reprodutivos são constrangidos pela resistência generalizada à noção da integridade do corpo da mulher. Nos últimos 15 anos, porém, a tolerância da violência contra as mulheres tem vindo a diminuir no contexto da advocacia sustentada contra essa violência, realizada pelos Membros da Coalizão da Defesa Legislativa sobre Violência Contra as Mulheres (LACVAW) e outros grupos. A Coalizão pressionou a aprovação de legislação proibindo a violência contra as mulheres, que acabou por assumir a forma da (novamente

designada) Lei relativa à Violência Contra as Pessoas, promulgada como lei em 2015.

O significado dessa lei assenta na sua exigência que o estado assuma responsabilidade

por essas violações e ofereça compensação. O verdadeiro desafio está na implementação. A mais recente convulsão legislativa coalesceu em torno do Projecto de Lei sobre o Género e a Igualdade de Oportunidades, que foi aprovado inicialmente na Câmara e rejeitado no Senado. Uma versão alterada, com as secções sobre a igualdade no casamento eliminadas, foi entretanto aprovada pelo Senado. A liberdade de escolha sexual é inexistente, dada a recente aprovação da Lei do Casamento do Mesmo Sexo (Proibição) em 2015. Aqueles cuja sexualidade não esteja conforme com a norma heterossexual têm uma maior probabilidade de serem objecto de discriminação, se não mesmo de notória hostilidade e violência. O policiamento coercivo da heteronormatividade e dos seus limites aplica-se não somente aos sexualmente não conformes, mas de forma diversa, também às mulheres heterossexuais.

Educação e autodeterminação das mulheres

O declínio do sistema educativo na Nigéria, muito evidente depois da imposição do Ajustamento Estrutural pelo FMI em meados dos anos 80, resultou na educação ter uma maior preocupação na disciplina do aluno como o carimbo da autoridade do que em corporizar a prática da liberdade, como Paulo Freire diria. Não é provável que a educação pública de hoje contribua para a formação de jovens mulheres autoconfiantes que estejam politicamente conscientes e activas na sociedade. É mais provável que isto aconteça com as actividades informais, extracurriculares de grupos como a Iniciativa do Poder das Raparigas (GPI), que oferece educação sexual no Sudeste, e a educação da Saúde Familiar do Projecto da Iniciativa da Saúde dos Adolescentes (AHIP) no Noroeste. Ambos os grupos são dirigidos por feministas, antigos membros da Mulheres na Nigéria (WIN), estabelecido em 1982 na Universidade Ahmadu Bello, Zaria. A extinção última da WIN resultou do choque entre os interesses feministas e marxistas dentro da organização, aproximadamente ilustrado em lutas do poder entre agrupamentos particulares de mulheres e homens, respectivamente, quanto a direcção e o foco da organização.

Uma visão feminista da mudança

No presente, a descolonização das mentes por um movimento feminista na Nigéria não está no





horizonte. Na medida em que essa se realiza, é mais provável que seja impelida pelas actividades de grupos feministas e indivíduos com agendas variadas, actualmente dispersas por gerações. Podem ser identificadas pelo menos duas condições para a promoção de uma visão feminista que pode inspirar a acção para a mudança e estas não têm de estar necessariamente localizadas na Nigéria. A primeira é a criação de espaços autónomos para os estudos feministas, ou seja, o reforço e a diversificação de bases autónomas para a produção de conhecimento com uma agenda feminista. Pré-requisitos essenciais são aqui o apoio material e financeiro, bem como a capacidade intelectual e política para executar essas iniciativas. A segunda condição é a formação de ligações orgânicas entre a investigação feminista e o activismo. Por 'orgânica', quero dizer reforçar as ligações entre os estudos feministas e o activismo das mulheres, de tal forma que sejam desenvolvidos numa relação mutuamente constitutiva, na qual a teoria se fundamenta nas preocupações do activismo feminista e o activismo é informado pela teoria feminista.

Algumas das questões que ainda têm de ser teorizadas e compreendidas de uma perspectiva

feminista, incluem as implicações de múltiplas linhas de divisão para como diversas categorias de mulheres compreendem as suas experiências. O que poderá isto significar em termos de compreensão das diferenças das condições de vida entre as diversas categorias de mulheres e homens? Outras questões incluem o desenvolvimento de um entendimento mais profundo da política do género e da sexualidade, particularmente no que se refere ao corpo da mulher, que pode ter em conta as contradições. Estas incluem a coexistência de uma política de respeitabilidade (para as mulheres) com a comodificação e exploração sexual do corpo da mulher em diversos espaços. Isto sugere a necessidade de integrar o nosso entendimento de níveis intricadamente entrelaçados de experiência e consciência, desde o emocional e psicológico ao económico e político através de níveis que vão do local ao internacional. Trabalhar através do que divide as "disciplinas" tradicionalmente académicas será essencial aqui. Talvez uma das questões que constitui um maior desafio é entender como a "moralização da economia política" se realiza no desenrolar de diversos fundamentalismos religiosos e as implicações para as estratégias feministas de resistência e contestação. ◉





Sobre a Autora

Charmaine Pereira é uma académica-activista feminista que mora e trabalha em Abuja, Nigéria. Ela é co-fundadora da Tapestry Consulting, uma plataforma de conhecimento que está engajada no trabalho sobre política social e na mudança organizacional através de pesquisa e treino em assuntos de género e sexualidade. O seu trabalho lida com os temas de pensamento e prática feminista; género, assédio sexual e educação universitária; sexualidade e políticas de género na prática da Shari'a; mulheres organizadas e o estado. Ela é a autora de Género na Criação do Sistema Universitário da Nigéria (James Currey/ Parceria para Educação Superior em África, 2007) e editora de Narrativas de Sexualidade em Mudança: Contestações, Cumplicidade e o Apoderamento das Mulheres (Zed, 2014). Na sua antiga função como coordenadora nacional da Iniciativa de Estudos de Mulheres na Nigéria (IWSN), Pereira desenvolveu e liderou pesquisa-acção sobre políticas de assédio sexual e violência sexual nas universidades; justiça de género e cidadania das mulheres; e empoderamento das mulheres.

Série Diálogo Feminista

A Ideia da Série Diálogo Feminista nasceu durante uma Workshop Internacional sobre o Feminismo Político em África organizada pela Plataforma Feminista Moçambicana *Fórum Mulher* e a Fundação Friedrich Ebert (FES) em Outubro de 2016 em Maputo. A reunião juntou mais de 50 activistas e académicas feministas de todo o continente. Inspirada pelas discussões e intervenções estimulantes no workshop, esta série visa ser uma plataforma para a partilha de reflexões feministas importantes. Desta forma a série quer contribuir para o desenvolvimento e divulgação do conhecimento feminista africano para transformar as condições políticas e económicas no continente para a justiça social e de género.

A Série Diálogo Feminista conta com a contribuição artística de Ruth Bañón (cabeçalho) e o design de Sebastião Montalvão (Lateral Multimédia).

Esta série é organizada por:

